

PIM AMAZÔNIA

POLÍTICA • INDÚSTRIA • MEIO AMBIENTE

ISSN 2359-3369 R\$ 25



ANO XV • ED. 183 • JUNHO 2025
WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

BALPONTE

POLÍTICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA
RECEBE REUNIÃO DO PARLAMENTO
AMAZÔNICO

INDÚSTRIA

ESG NO CORAÇÃO DA FLORESTA:
INDÚSTRIAS DE MANAUS UNEM PRODUÇÃO,
RESPONSABILIDADE E FUTURO

CIDADES AMAZÔNICAS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: **UM FUTURO** EM DISPUTA ENTRE FLORESTA E ASFALTO

URBANISMO BIOCLIMÁTICO, ARBORIZAÇÃO, MOBILIDADE ELÉTRICA, GESTÃO DE RESÍDUOS E
TECNOLOGIA PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. A AMAZÔNIA URBANA BUSCA SE
REINVENTAR, MAS OS DESAFIOS SÃO TÃO EXTENSOS QUANTO OS RIOS QUE A ATRAVESSAM

CIRCULAÇÃO: AMAZONAS, ACRE, AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA, PARÁ, TOCANTINS, MARANHÃO, MATO GROSSO, BRASÍLIA E SÃO PAULO. TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 25.400 EXEMPLARES



NOVO

COMPLEXO VIÁRIO REI PELÉ

+ MOBILIDADE

+ SEGURANÇA

+ FLUIDEZ NO TRÂNSITO

+ QUALIDADE DE VIDA

A Prefeitura entregou uma das maiores obras de infraestrutura e mobilidade da história de Manaus: o Complexo Viário Rei Pelé, na zona Leste da cidade. Depois de três décadas de espera, a obra chegou para deixar o trânsito da região com mais fluidez e segurança, além de oferecer áreas de lazer, esporte e cultura para a população. O espaço conta com pista de skate, quadra de basquete, aula de zumba, academia ao ar livre, ringue de boxe, playground, pista de caminhada e muito mais. O Rei Pelé é o terceiro Complexo Viário entregue pela Prefeitura nos últimos 04 anos.

Uma obra que vai além da infraestrutura e transforma a vida das pessoas.



Prefeitura de

Manaus

O trabalho não para



Soluções **inteligentes** em embalagens **personalizadas**

Na indústria, a primeira impressão faz toda a diferença. Com as embalagens rígidas da Amazon Embalagens, seu produto ganha mais proteção, sofisticação e valor agregado.

AMAZON[®]
EMBALAGENS



**Durabilidade, personalização
e excelência em cada detalhe!**



**Criadas para resistir,
projetadas para encantar!**

**Entre em contato e leve sua
marca para outro nível!**

 **92 99377 7972**  **92 3672 2000**

 **@amazonembalagens**

 **www.amazonembalagens.com.br**



**PRODUZIDO NO
POLO INDUSTRIAL
DE MANAUS**

CONHEÇA A AMAZÔNIA



SUMÁRIO

ANO XV | EDIÇÃO 183 | JUNHO DE 2025



28

CIDADES AMAZÔNICAS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: UM FUTURO EM DISPUTA ENTRE FLORESTA E ASFALTO



20

POLÍTICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA RECEBE REUNIÃO DO PARLAMENTO AMAZÔNICO



50

INDÚSTRIA

ESG NO CORAÇÃO DA FLORESTA: INDÚSTRIAS DE MANAUS UNEM PRODUÇÃO, RESPONSABILIDADE E FUTURO



28

CAPA

CIDADES AMAZÔNICAS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: UM FUTURO EM DISPUTA ENTRE FLORESTA E ASFALTO



42

ECONOMIA

MERCADO DE CARBONO AVANÇA NA AMAZÔNIA SOB DISPUTAS E INCERTEZAS

SEÇÕES

EDITORIAL	8
CIRCUITO	10
POLÍTICA	20
CAPA	28
ECONOMIA	42
INDÚSTRIA	50

•58º FESTIVAL DE•

PARINTINS

★ 2025 ♥

**PARINTINS:
BEM MAIS QUE UMA FESTA
É O GOVERNO DO AMAZONAS
TRABALHANDO PARA
TRANSFORMAR
A CULTURA**

**VENHA CURTIR O FESTIVAL DE PARINTINS
NO LARGO DE SÃO SEBASTIÃO**

**PARA COMPLETAR
A FESTA AZUL E
VERMELHA:**

 **TELÃO DE LED PARA A TRANSMISSÃO
AO VIVO DAS TRÊS NOITES**

 **ENTRADA GRATUITA
E PRA TODA FAMÍLIA**

 **SHOWS COM ATRAÇÕES LOCAIS
E DIVERSÃO PARA TODA A FAMÍLIA**

**TRANSMISSÃO AO VIVO
DE 27 A 29 DE JUNHO - A PARTIR DAS 20H**





Ano XV | Edição 183 | Junho de 2025
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

EDITOR EXECUTIVO
Juarez Filho

FOTOGRAFIA
Arquivo Editora Balponte, Divulgação

REPORTAGEM
Juarez Filho, Francisco Gomes, Karla Ximenes e Amanda Gabriele

DIAGRAMAÇÃO
Luciano Paes Filho

REVISÃO
Juvenal Farias

ASSISTENTE DE REDAÇÃO
Jordão Baldoino

FALE COM A REDAÇÃO:
REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR
TEL: 92 3347-2361

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR
MANAUS/AM TEL: 92 98182.0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES
92 3347-2361/ 98182.0518
ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados não correspondem necessariamente ao posicionamento da PIM AMAZÔNIA.



A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72



A Balponte é membro da Associação Nacional de Editores de Revista

EDITORIAL

O MEIO AMBIENTE E OS DESAFIOS DA AMAZÔNIA URBANA

Uma vez por ano, em junho, o mundo inteiro se volta para as questões ambientais. Mas, para nós, da Revista PIM Amazônia, essa reflexão é cotidiana. Aqui, onde floresta, cidade, indústria, agronegócio e biodiversidade coexistem sob tensões e possibilidades, o meio ambiente não é uma efeméride, é o chão onde pisamos e plantamos, o ar que respiramos e o futuro que queremos construir.

Nesta edição especial, mergulhamos fundo nos dilemas e avanços da sustentabilidade na região amazônica. Abrimos com uma provocação: o meio ambiente não é um entrave ao desenvolvimento, ele é um ativo estratégico. O artigo de Jorge Júnior nos lembra que o Brasil precisa tratar a Amazônia com a seriedade geopolítica e econômica que ela exige, reposicionando sua pauta ambiental como uma política de Estado, e não de ocasião.

Em nossas reportagens, percorremos as cidades da Amazônia Legal e identificamos experiências concretas de urbanismo bioclimático, gestão de resíduos, arborização, mobilidade elétrica e inovação. Palmas, Boa Vista, Belém e Manaus são alguns dos exemplos analisados — cidades que tentam equilibrar o peso da exclusão histórica com a urgência climática do presente.

Destacamos também a maturação de práticas ESG no Polo Industrial de Manaus, onde empresas como Yamaha e Visteon mostram que é possível gerar empregos e respeitar a floresta, com tecnologia, governança e impacto social real.

Na seção de política, acompanhamos a reunião do Parlamento Amazônico realizada na cidade de Boa Vista, e seus esforços para construir uma agenda regional que combine preservação com soberania e desenvolvimento.

Nosso objetivo com esta edição é claro: mostrar que, na Amazônia, sustentabilidade precisa sair dos discursos e entrar nas decisões. O futuro da floresta não será garantido com narrativas salvacionistas, mas com políticas públicas consistentes, compromissos empresariais verdadeiros e, principalmente, com protagonismo dos povos que aqui vivem, preservam, trabalham e resistem.

Boa leitura. Que este mês sirva como ponto de partida para um compromisso mais profundo e permanente com a Amazônia.



Acesse aqui a edição on-line

OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem-vindo e não ficará sem resposta.


Estamos aguardando seus comentários.



Participe!

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

     @pimamazonia

 redacao@pimamazonia.com.br



ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS

★ PRA CURTIR O BOI
COM TUDO EM CIMA,
TEM QUE ESTAR COM
A SAÚDE EM DIA.

Aproveite nossos
pacotes de exames:
Saúde em Dia Homem
e Saúde em Dia
Mulher. Com o Sabin,
você pode aproveitar
o Festival de
Parintins sem
deixar o cuidado
de lado.



AGENDE AGORA



 sabin.com.br
☎ 92 2126-8000





Relações de confiança são essenciais para se desenvolver e crescer

Tanto na vida pessoal quanto profissional,
a confiança é essencial para a construção
de um relacionamento sólido e saudável.



GESTÃO DE SEGURIDADE



NO ACRE, GOVERNADOR WILSON LIMA DESTACA AVANÇOS NO MERCADO DE CARBONO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA SUSTENTÁVEL

Durante o Encontro Anual da Força-Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force), no Acre, o governador do Amazonas, Wilson Lima, reforçou o papel estratégico do mercado de carbono como alternativa econômica sustentável para a região. Em um dos eventos mais relevantes para os estados que compõem a Amazônia Legal, o governador destacou a implementação do sistema de REDD+ no Amazonas e os avanços em ações de bioeconomia.

“São planos ousados e que nós entendemos, enquanto Governo do Amazonas, ser sustentáveis e que protegem o meio ambiente, mas por outro lado, geram emprego, renda e aquilo que é básico para as populações. Não é fácil, em se tratando de Amazônia e, para avançarmos, precisamos de parcerias, precisamos que os outros países também estejam conectados com essa agenda e essa realidade que vivemos na Amazônia”, afirmou Wilson Lima.

O evento GCF reuniu representantes de 43 governos subnacionais de países como Brasil, Estados Unidos, México, Peru, Indonésia, Colômbia e República do Congo, todos recepcionados pelo governador do Acre, Gladson Cameli, atual presidente da Força-Tarefa. Entre os presentes, estavam os governadores de Roraima, Antônio Denarium, e do Maranhão, Carlos Brandão, além de representantes do BNDES e de embaixadas.

Durante sua fala, Wilson Lima apresentou os avanços do Amazonas no desenvolvimento de projetos de carbono em unidades de conservação, com potencial de gerar até R\$ 8 bilhões em créditos ao longo de 30 anos.

Além do mercado de carbono, o governador destacou os avanços da bioeconomia como motor de uma nova economia florestal. Com o apoio do GCF, o Amazonas está em fase final de elaboração do seu Plano Estadual de Bioeconomia, que será apresentado na COP30. A iniciativa inclui investimentos em cadeias produtivas sustentáveis, como o manejo de madeira, industrialização de frutos amazônicos, pesca esportiva e produtos da sociobiodiversidade como castanha, borracha, andiroba e murumuru.

BOA VISTA RECEBE PRÊMIO NACIONAL POR PROJETO DE SEGURANÇA PÚBLICA COM TECNOLOGIA DE PONTA

Boa Vista foi uma das vencedoras do Prêmio InovaCidade 2025 no congresso Smart City Business América, ocorrido no Expo Center Norte, São Paulo. A cidade foi premiada na categoria “Integração Tecnológica para a Segurança” e “Gestão Inteligente de Municípios Brasileiros”, graças ao sistema de monitoramento de câmeras, projeto que aplica alta tecnologia à segurança pública e à gestão urbana.

O projeto vencedor é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Boa Vista e a empresa Tecno-IT, responsável pela implantação de uma rede óptica de alta capacidade,

interligando órgãos públicos, câmeras e sistemas inteligentes de monitoramento.

Quem representou o município foi o secretário municipal de Segurança e Ordem Pública, Cláudio Galvão dos Santos. “Essa premiação demonstra o quanto o município de Boa Vista, na gestão do prefeito Arthur Henrique, vem avançando na questão do monitoramento voltado à segurança pública”, disse o secretário.

A estrutura inclui mais de 64 quilômetros de fibra óptica e uma central integrada que conecta equipamentos e dispositivos em tempo real. Foram instaladas 90



câmeras de alta resolução, com leitura de placas, reconhecimento facial e recursos analíticos, todas operadas por um software central (HikCentral) e suportadas por servidores com capacidade de armazenamento de 192 terabytes.

RORAIMA FORTALECE RELAÇÃO COM BARBADOS PARA AMPLIAR COMÉRCIO, TURISMO E CONEXÕES AÉREAS



O governador Antônio Denarium recebeu este mês uma comitiva oficial de Barbados liderada pelo ministro das Relações Exteriores do país caribenho, Kerrie Symmonds. A reunião contou com a presença do ministro da Agricultura, Indar Weir e da embaixadora de Barbados no Brasil, Tonika Thompson, além de mais de 20 empresários barbadenses e secretários do Governo de Roraima.

O encontro teve como foco principal o fortalecimento dos laços comerciais, turísticos e culturais entre Roraima e o país caribenho, com destaque para tratativas sobre voos diretos, exportação de produtos e oportunidades de investimentos bilaterais.

Durante a reunião, o governador Denarium destacou o potencial logístico de Roraima como porta de entrada para o Brasil e a América do Sul, reforçando o empenho da gestão em expandir mercados internacionais para produtos locais, como carne bovina, pescado, frutas, soja e materiais de construção.

“Temos um grande potencial de exportação, e essa integração com Barbados é estratégica. Estamos construindo pontes que vão gerar emprego, renda e atrair investimentos. Já estamos em diálogo com companhias caribenhas para criar rotas de passageiros e cargas. Nosso objetivo é ampliar a relação comercial, turística e cultural com o Caribe e toda a América Central”, afirmou o governador, que contextualizou ainda que o esforço e o diálogo do Governo junto à ilha caribenha datam desde 2022, quando a primeira-ministra de Barbados, Mia Amor Mottley, esteve no Estado.



GOVERNO DE RONDÔNIA APRESENTA PLANO PARA TURISMO DE PESCA ESPORTIVA

O governo do estado lançou o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Pesca Esportiva em Rondônia neste mês de junho. A cerimônia, realizada na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, principal atrativo histórico e turístico de Porto Velho, marca o início da agenda de apresentação do plano, que percorrerá todos os municípios do roteiro de pesca esportiva rondoniense. O evento contou com a presença de representantes da cadeia produtiva da pesca esportiva e de instituições do setor turístico e de fomento ao desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo de Pesca Esportiva era um sonho da população de Rondônia e compreende ações nos municípios mais vocacionados a essa atividade, inicialmente Porto Velho, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Costa Marques e São Francisco do Guaporé, que oferecem rios e peixes em abundância. Durante a cerimônia, o governador determinou a inclusão de Guajará-Mirim e Pimenta Bueno, reconhecendo o potencial dessas cidades como polos pesqueiros, deixando o plano mais amplo e melhor.

O turismo de pesca esportiva impactará positivamente diversas atividades econômicas, desde guias e condutores de pesca, valorizando a comunidade ribeirinha, até agências de turismo, lojas, hospedagem e restaurantes, gerando empregos, fortalecendo rendas e contribuindo para o bem-estar social. O plano foi elogiado pelo assessor especial da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, Joarez Moreira Filho. "Rondônia está dando exemplo para o Brasil e merece parabéns. O estado sempre nos apresenta projetos consistentes, visando beneficiar a comunidade local, e estamos juntos para apoiar."

PIB DO AMAZONAS CRESCE QUASE 10% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025



O Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas apresentou um desempenho positivo nos primeiros três meses de 2025. Segundo dados consolidados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), o PIB do estado atingiu R\$ 43,7 bilhões no 1º trimestre, o que representa um crescimento nominal de 9,86%,

em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Ao considerar a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o crescimento real, ou seja, o aumento descontando a inflação, foi de 4,16%, o que mostra que a economia do Amazonas avançou em volume de produção e serviços.


“Os resultados do primeiro trimestre mostram que o Amazonas segue firme no caminho do crescimento econômico, com destaque para a indústria e o setor de serviços. Esses dados são fundamentais para orientar políticas públicas e atrair novos investimentos para o nosso estado, sempre com foco

no desenvolvimento sustentável e na geração de empregos”, destacou o secretário da Sedecti, Serafim Corrêa.

O setor industrial foi o destaque do período, registrando um valor de R\$ 16,1 bilhões e crescimento nominal de 12,63%, em comparação ao 1º trimestre de 2024, o maior entre todos os setores analisados. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a indústria geral cresceu 8,91%, no comparativo do 1º trimestre de 2025 com o 4º trimestre de 2024, apesar de apresentar uma queda de 3,31% em relação ao 1º trimestre de 2024.

TRANSPORTE ESPECIAL CORPORATIVO ELEVE A PRODUTIVIDADE DE SEUS COLABORADORES

Fale com o nosso time de especialistas. Temos a melhor solução para a sua companhia.

 (92) 98126-9239



NO RADAR DA AMAZÔNIA: TEMAS QUENTES PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

O segundo semestre será determinante para o futuro da Amazônia e exige atenção redobrada de quem atua, investe ou decide na região. Entre os temas mais relevantes estão a regulamentação da reforma tributária, que pode impactar diretamente os incentivos da Zona Franca de Manaus e o modelo de desenvolvimento regional; a preparação para a COP30 em Belém, que mobiliza estados, prefeituras e o governo federal em torno de infraestrutura, segurança e articulação diplomática; e a chegada do período de estiagem, que após a seca severa de 2024, demanda resposta rápida e articulada para minimizar riscos sociais, logísticos e ambientais.

Também estarão no centro das atenções o andamento do PAC da Amazônia, com expectativa sobre o ritmo e a execução de obras estruturantes em mobilidade, energia e conectividade, e a retomada do desmatamento em determinadas áreas, o que exige fortalecimento da fiscalização ambiental e recomposição de estruturas de controle. Esses temas não apenas pautarão Brasília, como também definirão a relevância da Amazônia na agenda nacional e internacional. É hora de monitorar, participar e influenciar porque o segundo semestre pode reposicionar a região como protagonista ou deixá-la à margem das decisões centrais.



FIM DAS CHEIAS REACENDE ATENÇÃO: SECA SEVERA EM 2025 AINDA É INCERTA, MAS RISCOS EXIGEM PREPARO



Com o fim das cheias dos rios da Amazônia, a região entra em mais um ciclo de vazante, iniciando o chamado “verão amazônico”. Ainda não há confirmação de que 2025 repetirá a seca severa de 2024, mas a memória recente dos impactos acende um sinal de alerta. No ano passado, o baixo nível dos rios causou isolamento de comunidades, colapso no transporte fluvial de cargas e combustíveis, aumento do custo logístico, prejuízo para a indústria e comércio.

As condições climáticas deste ano são diferentes, mas especialistas seguem atentos a oscilações pluviométricas. O momento exige planejamento preventivo com o monitoramento dos níveis dos rios, mapeamento de rotas, articulação entre Defesa Civil, setor produtivo e municípios. A seca de 2024 ensinou que esperar o pior não é pessimismo, é prudência na Amazônia.

ELETROLAR SHOW 2025 CONSOLIDA PROTAGONISMO NACIONAL E AINDA PODE AMPLIAR IMPACTO ESTRATÉGICO



Encerrada no último dia 26 de junho, a Eletrolar Show 2025 reafirmou seu papel como a maior feira de bens de consumo da América Latina. Realizada no Distrito Anhembi, em São Paulo, a edição deste ano triplicou de tamanho em relação à anterior, reunindo mais de 1.500 expositores e 40 mil profissionais do setor. A inclusão de novas

áreas temáticas, como mobilidade elétrica, casa inteligente, robótica e fitness digital, deu à feira um perfil cada vez mais tecnológico e aderente às tendências globais. O volume de negócios realizado consolida o evento como hub estratégico do varejo e da indústria eletroeletrônica brasileira.

Do ponto de vista institucional e setorial, a feira evoluiu com a integração de eventos paralelos, como a Eletrocar Show, Interior Lifestyle South America e Lighting Show, tornando-se uma plataforma multissetorial robusta. No entanto, para maximizar seu impacto e sua representatividade

nacional, a Eletrolar Show pode se aproximar mais da indústria da Região Norte como um todo. O Polo Industrial de Manaus, com sua relevância na produção de eletrodomésticos, TVs, ar-condicionado e tecnologias sustentáveis, representa um ativo estratégico para o país. Estimular a presença de empresas nortistas, valorizar suas soluções logísticas e discutir seus desafios em espaços de visibilidade como esse não é apenas uma questão de inclusão regional, é uma oportunidade concreta de fortalecer a integração industrial brasileira de forma mais equilibrada e inovadora.

BRASIL E CARIBE FORTALECEM COOPERAÇÃO REGIONAL COM FOCO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Cúpula Brasil-Caribe, realizada em junho em Brasília, marcou a retomada do diálogo político e econômico entre o Brasil e os países da Comunidade do Caribe (CARICOM). Além de selar adesões à Aliança Global contra a Fome, o encontro reforçou compromissos conjuntos em temas como segurança alimentar, mudanças climáticas, conectividade digital e transição energética. Também foi anunciado o Fórum Brasil-Caribe, que ocorrerá a cada dois anos, fortalecendo a cooperação Sul-Sul com ações concretas e multissetoriais.

Para a Amazônia e seu parque industrial, a aproximação com o Caribe abre espaço para iniciativas em bioeconomia, tecnologias sustentáveis e cadeias produtivas mais integradas. A atuação do Brasil como articulador regional pode ampliar as oportunidades para investimentos e projetos com impacto social e ambiental, conectando a indústria da Amazônia às agendas globais de desenvolvimento inclusivo e sustentável.





É importante
a preparação,
o alongamento
e o foco
na prova.

O momento
é de superação,
os obstáculos
desaparecem
nessa hora.

Quarenta e dois
quilômetros?
Dá preguiça
só de pensar.

Prefiro
correr
na esteira.

Ai meu
joelho!



QUER ELEVAR O NÍVEL DA SUA OPINIÃO? LEIA REVISTA.

Ler uma revista
é se aprofundar
no seu assunto
preferido de forma
descontraída.
A cada página,
um universo de
informações dos
mais diversos temas.
E você ainda ganha
mais bagagem para
formar uma opinião
forte e consistente.

REVISTAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA
TEM OPINIÃO.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA RECEBE REUNIÃO DO PARLAMENTO AMAZÔNICO

A SEGUNDA REUNIÃO AMPLIADA DO PARLAMENTO AMAZÔNICO TEVE COMO TEMÁTICA PRINCIPAL O PROTECIONISMO AMBIENTAL ENFRENTADO PELA REGIÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

POR JUAREZ FILHO IMAGEM POR EDUARDO ANDRADE

A Assembleia Legislativa de Roraima (Alerr) recebeu neste mês de junho a 2ª Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico de 2025, que contou com a participação de deputados estaduais dos Estados da Amazônia Legal, além de representantes de instituições federais, da iniciativa privada e da República Cooperativista da Guiana.

Dentre os temas discutidos, os destaques foram a situação da infraestrutura rodoviária (BR-174, BR-319, BR-210 e BR-432), a regularização fundiária, os embargos ambientais, a deficiência da malha aérea, bem como as potencialidades de novos negócios com a Guiana e países do Caribe.

A sessão foi aberta pelo presidente da Assembleia, deputado Soldado Sampaio (Republicanos/RR), que registrou a importância da região amazônica para o Brasil e para o mundo, e da grande responsabilidade que o Parlamento Amazônico possui ao congregar os legisladores que representam a população da região Norte.





“NÓS TEMOS
CONDIÇÕES
DE CUIDAR DA
AMAZÔNIA. QUEM
CONHECE A
AMAZÔNIA SOMOS
NÓS”

DEPUTADO ESTADUAL SOLDADO
SAMPAIO, PRESIDENTE DA ALERR

“Nós estamos falando de uma região que tem área territorial de mais de 50% do território do nosso país, mais de 30 milhões de brasileiros que moram nesses Estados, que detém a maior reserva de água potável do mundo, a maior floresta tropical do mundo, a maior fronteira mineral do mundo. Essa é a Amazônia, e precisamos ter a dimensão do que nós cuidamos para as nossas futuras gerações da região Norte e do Brasil”, registrou o presidente.

Sampaio mostrou grande insatisfação com o tratamento que a região Norte vem recebendo nos últimos anos, principalmente com relação ao protecionismo ambiental imposto por diversos setores, que vem travando o desenvolvimento da região.

“A nós é atribuída uma grande responsabilidade de preservar e cuidar dessa riqueza, mas ao mesmo tempo não há nada de compensação de forma concreta. O que há muito é discurso, posicionamento ideológico, pressão dos organismos internacionais em cima dos Estados amazônicos para proteger essa grande riqueza. E nós temos preservado, a exemplo do Estado de Roraima que tem mais de 90% das suas áreas preservadas, seja em áreas de demarcações indígenas, seja em áreas de preservação ambiental ou em área de APP [Área de Preservação Permanente]. Essa é a realidade de basicamente todos os Estados da região Norte do nosso país”, frisou.

O presidente também alertou para o impacto social, causado por esse protecionismo ambiental nas populações mais vulneráveis que habitam a região amazônica. “Nós sabemos que a região Norte é formada por uma diversidade cultural, com sulistas, nordestinos, povos originários, ribeirinhos, indígenas, dos quais eu tenho respeito e precisamos respeitar seus direitos. Mas não podemos compactuar com o discurso que se deve preservar, e deixar essas comunidades tradicionais jogadas à revelia”.

Sampaio ainda questionou o Fundo Amazônia, administrado pelo Governo Federal, que não apresenta nada de concreto para o desenvolvimento, apenas discursos de preservação com o apoio de grandes organizações internacionais, para não falar de ações arbitrárias do Ibama contra produtores da região.

“Recai sobre as prefeituras e os governos estaduais toda responsabilidade de levar saúde, educação e segurança. E o Governo Federal fica com um discurso que o Fundo Amazônia tem tantos bilhões para proteger a Amazônia, que tem a ONG fulano de tal, embaixadas internacionais, e nós não vemos nada de concreto se não for a atuação do Ibama, às vezes até de forma violenta e arbitrária, sufocando e oprimindo o produtor. Isso é o que nós temos percebido nos últimos anos”, disse.

O presidente foi enfático ao afirmar: “nós temos condições de cuidar da Amazônia. A Amazônia é nossa. Quem conhece a Amazônia somos nós. Nós precisamos fortalecer e implementar cada vez mais políticas públicas de preservação do meio ambiente, em especial do respeito e do cuidar dos nossos povos tradicionais e povos indígenas”.

“A AMAZÔNIA PRECISA COMBINAR A PROTEÇÃO DA NATUREZA COM O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO”

ALDO REBELO, EX-MINISTRO DA DEFESA

A reunião contou também com a participação do ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, que frisou a importância geopolítica que a região possui atualmente, ao reunir todas as atenções do mundo quando todos aguardam a COP30, e fez um alerta: “A Amazônia precisa combinar a proteção da natureza com o direito ao desenvolvimento, porque na Amazônia, além das maiores riquezas da terra, está também a população”.





O presidente do Parlamento Amazônico, Laerte Gomes (PSD-RO), abriu os trabalhos ressaltando a importância da presença do deputado federal Duda Ramos (MDB-RR) no Parlamento, pois as demandas dos Estados são praticamente as mesmas, e infelizmente as soluções estão concentradas em Brasília. “Vocês são fundamentais no Congresso Nacional para as demandas do Parlamento, que são comuns a todos os Estados, e, infelizmente, para nós as soluções estão em Brasília”, afirmou.

Gomes fez questão de reforçar os entraves ao desenvolvimento da região causados pelo protecionismo ambiental imposto à população dos Estados amazônicos. “Este ano, vamos realizar a Marcha do Parlamento Amazônico em Brasília, e precisamos discutir muito a questão dos embargos ambientais. Ou não se discute mais nada na Amazônia, porque, se inviabilizar a produção, nós não vamos ter educação, não vamos ter saúde, não vamos ter estrada, pois é dali que vem a arrecadação e a receita, é dali que faz os estados prosperarem e faz o Brasil se manter de pé”.

Um exemplo recente e preocupante destes embargos ocorreu em Rondônia, onde, por meio de um edital, o Ibama embargou 1 mil produtores rurais de uma só vez. “Essa é uma situação preocupante. Só na capital de Rondônia, Porto Velho, numa edição do Diário Oficial da União, o Ibama embargou 1 mil propriedades, ou seja, 1 mil produtores rurais tiveram suas áreas embargadas. Então, a gente precisa ter coragem de debater sob pena de não comprometer as gerações futuras da população que vive na Amazônia Legal”, registrou o presidente.



“NÓS VIVEMOS
HOJE UM
NEOCOLONIALISMO
DISFARÇADO DE
PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL”

MURILO FERRARI, PRESIDENTE
DA APROSOJA

O evento contou ainda com uma apresentação da Câmara de Comércio Brasil-Guiana, através de sua presidente, Ilaine Henz, que mostrou as oportunidades de negócio com o país vizinho, que vive um momento de desenvolvimento econômico expressivo em razão da exploração de petróleo.

A dirigente lembrou que, apesar das oportunidades e das exportações para a Guiana terem apresentado crescimento nos últimos cinco anos, existem ainda alguns desafios a serem superados, como a língua, a infraestrutura rodoviária e a efetivação de acordos assinados há mais de 20 anos. “Normalmente, os desafios e as oportunidades andam de mão em mão. Um dos grandes desafios para os empreendedores, que convivem e fazem negócios com as pessoas da Guiana, é a questão do idioma. Eu penso que, de onde eu estou falando hoje, que é do Parlamento, nós temos obrigação de dar as nossas futuras gerações mais que um aplicativo [de tradução simultânea], nós temos que pensar num sistema educacional em Roraima para que essas próximas gerações não sofram com essa barreira do idioma”, pontuou.

O setor privado se fez presente na reunião através da Associação dos Produtores de Milho e Soja do Estado de Roraima (Aprosoja), por meio de seu presidente, Murilo Ferrari, que compartilhou algumas experiências que vão de encontro às principais demandas apresentadas pelos parlamentares. Ferrari iniciou sua participação com um desabafo: “Nós vivemos hoje um neocolonialismo disfarçado de preservação ambiental. As ONGs que são financiadas pelos países estrangeiros não preservam nada, elas só atacam o setor produtivo”.



Murilo Ferrari, Presidente da Aprosoja



O dirigente lembrou ainda da atual legislação ambiental brasileira que aprovou o Código Florestal no ano de 2012. “Nós temos o Código Florestal mais rigoroso do mundo. Nós estamos cumprindo, os produtores brasileiros cumprem esse código e estão conseguindo produzir. Por que os americanos e europeus querem nos segurar nas rédeas? Porque eles têm medo e inveja da capacidade produtiva aqui da nossa região”, ressaltou.

Além disso, Ferrari apresentou um dado importante sobre a participação dos produtores rurais na preservação ambiental. “Para vocês terem uma ideia, 33% do território nacional é preservado pela iniciativa privada. São quase R\$ 3 trilhões que o agricultor brasileiro coloca do seu capital para preservar para toda a sociedade”, completou.



DENTRE AS AUSÊNCIAS, A MAIS COMENTADA FOI A DE PARLAMENTARES DO ESTADO DO AMAZONAS, PELA RELEVÂNCIA DAS PAUTAS EM DISCUSSÃO

AUSÊNCIAS

Algumas ausências foram registradas pelos participantes do Parlamento. Uma delas foi a do Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Igo Brasil. Dentre as ausências, a mais comentada foi a de parlamentares do Estado do Amazonas, pela importância das pautas em discussão envolvendo a infraestrutura rodoviária das rodovias federais: BR-319 e BR-174.

PARLAMENTO AMAZÔNICO

O Parlamento Amazônico é um colegiado que reúne os 253 deputados estaduais dos nove Estados da Amazônia Legal: Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Pará. O objetivo é articular soluções conjuntas para os desafios socioeconômicos e ambientais da região.

Presidente: Laerte Gomes (PSD-RO)

Secretária-Geral: Edna Auzier (PSD/AP)

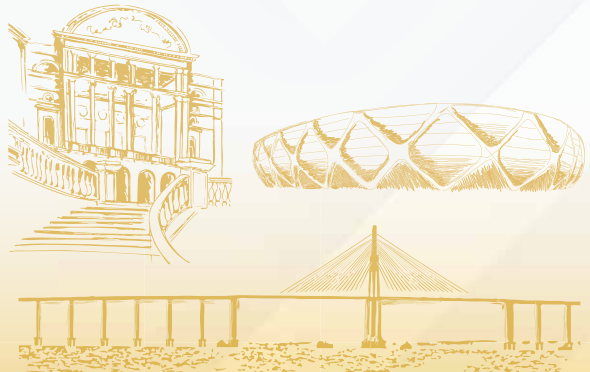
1º Secretário: Afonso Fernandes (Solidariedade/AC)



Tudo em um só Lugar!



- ⚡ Elétrica
- 🔧 Mangueiras
- ⚙️ Máquinas
- 🔩 Correias
- 🖨️ Tintas
- 🛡️ Proteção
- 🔨 Construção
- 🧼 Limpeza
- 🏠 Casa&UD
- 🔪 Ferramentas
- 🔧 Marcenaria
- 🚤 Navegação



JAPIIM

C. NOVA

CENTRO

PARQUE 10



CIDADES AMAZÔNICAS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: UM FUTURO EM DISPUTA ENTRE FLORESTA E ASFALTO

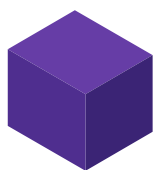
URBANISMO BIOCLIMÁTICO, ARBORIZAÇÃO, MOBILIDADE ELÉTRICA, GESTÃO DE RESÍDUOS E TECNOLOGIA PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. A AMAZÔNIA URBANA BUSCA SE REINVENTAR, MAS OS DESAFIOS SÃO TÃO EXTENSOS QUANTO OS RIOS QUE A ATRAVESSAM

POR FRANCISCO GOMES | IMAGEM DIVULGAÇÃO

A Amazônia é um lugar de paradoxos. É onde a floresta mais biodiversa do mundo convive com cidades superaquecidas, onde cursos d'água milenares correm ao lado de bairros sem saneamento, e onde o discurso ambiental, muitas vezes, colide com práticas urbanas que ignoram o território ao redor. Nas capitais da Amazônia Legal, o avanço de uma agenda de cidades inteligentes e sustentáveis tem acontecido de forma desigual, mas já há sinais de transformação.

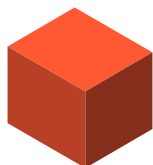
A proposta de uma cidade inteligente não se resume a sensores ou aplicativos, mas envolve um modelo de desenvolvimento urbano baseado em três pilares: uso estratégico da tecnologia, compromisso ambiental e governança participativa. Na Amazônia, isso ganha contornos particulares: calor extremo, chuvas intensas, baixa arborização, crescimento desordenado e exclusão social impõem obstáculos à construção de espaços urbanos mais humanos.





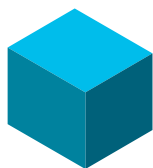
Sul

- 1º Florianópolis
- 4º Curitiba
- 6º Balneário Caburiú



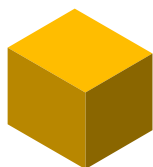
Sudeste

- 2º Vitória
- 3º São Paulo
- 5º Niterói



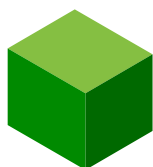
Nordeste

- 10º Salvador
- 16º Fortaleza
- 21º Recife



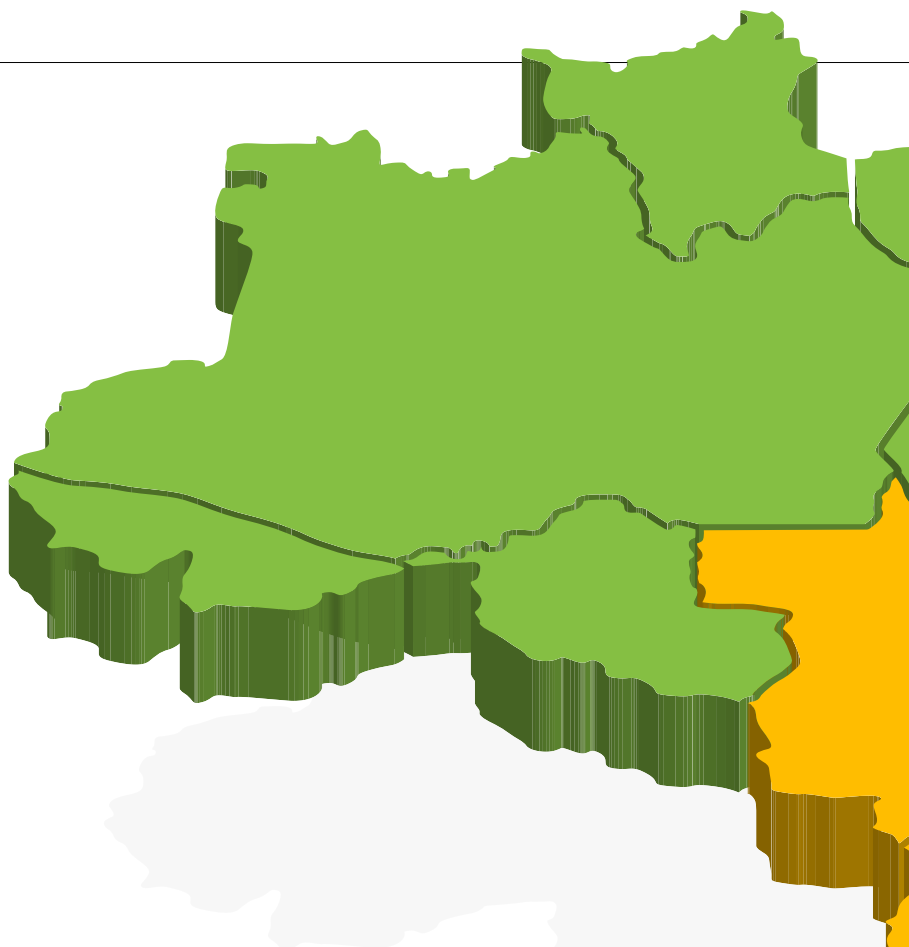
Centro Oeste

- 15º Campo Grande
- 18º Brasília
- 22º Goiânia



Norte

- 31º Palmas
- 80º Boa Vista
- 81º Manaus



CIDADE INTELIGENTE
ENVOLVE UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
BASEADO EM TRÊS PILARES: **USO
ESTRATÉGICO DA TECNOLOGIA,
COMPROMISSO AMBIENTAL E
GOVERNANÇA PARTICIPATIVA**

O ranking Connected Smart Cities é uma pesquisa nacional que avalia o nível de desenvolvimento das cidades brasileiras sob a perspectiva de inteligência, conectividade e sustentabilidade. Ele é produzido anualmente pela Urban Systems, em parceria com a empresa Necta, e avalia todas as cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes – em torno de 650 municípios.

Na edição mais recente, lançada em 2024, Palmas se destacou como a cidade amazônica mais bem posicionada, ocupando a 31ª colocação. O resultado é fruto de uma política urbana que alia conectividade, educação e empreendedorismo.

Para exemplificar com informações do próprio ranking, a capital do Tocantins registra velocidade média de 455 Mbps nas conexões de banda larga contratadas e tem 96,7% do município coberto por sinal 5G. Entre os empregos formais, 36,8% são ocupados por profissionais com ensino superior.

Na educação, a cidade tem se destacado por manter bons indicadores: a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos finais do ensino fundamental é de 5,4; o investimento per capita anual em educação gira em torno de R\$ 1.700 por habitante; e a taxa de abandono no 1º ano do ensino médio público é de 4,9%.



No recorte de empreendedorismo, o município registrou crescimento de 32,4% no número de empresas de tecnologia, 36,2% no número de empresas ligadas à economia criativa e 6,0% no total de Microempreendedores Individuais (MEIs). Além disso, conta com duas incubadoras de empresas voltadas à inovação e um Parque Tecnológico em fase de licitação e construção, o Parque Tecnológico do Tocantins, conforme dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Entre os serviços inteligentes à disposição da população, Palmas já adota centro de controle e operações, sistema de semáforos inteligentes, bilhete eletrônico no transporte público, cadastro imobiliário informatizado e acessível ao cidadão, emissão de alvará eletrônico, matrícula escolar on-line na rede pública e atendimento digital por meio de aplicativo e site da prefeitura.



Ana Cláudia Cardoso, Professora Universitária de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA)

URBANISMO BIOCLIMÁTICO COMO RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA NAS CIDADES AMAZÔNICAS

O ano de 2023 marcou a maior seca registrada no Amazonas em mais de um século. Em Manaus, bairros inteiros enfrentaram falta d'água, interrupções no transporte fluvial e índices de poluição do ar equivalentes aos de metrópoles industriais. Em Belém, a cheia dos rios em 2022 atingiu mais de 20 mil pessoas. A emergência climática deixou de ser projeção e passou a ser cotidiano, com consequências diretas sobre a forma como vivemos nas cidades.

O cenário tende a se agravar: segundo o Mapa de Vulnerabilidade Climática Urbana do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), divulgado no ano passado, 13 das 27 capitais brasileiras apresentam risco muito alto de eventos climáticos extremos. Destas, cinco estão na Amazônia. O relatório destaca a baixa resiliência hídrica, o déficit de drenagem urbana e a insuficiência de políticas de mitigação nas cidades amazônicas.

“As cidades da região Norte são duplamente vulneráveis: estão entre as que mais sofrem com os efeitos da mudança do clima e, ao mesmo tempo, estão entre as que menos têm estrutura para reagir. A maioria ainda carece de planos municipais de adaptação climática. É como entrar numa enchente sem nem saber nadar”, alerta a professora Ana Cláudia Cardoso, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Especialista em planejamento regional e urbano na Amazônia, Cardoso ressaltava que a expansão urbana desordenada, comum nas capitais da região, piora o quadro. Bairros surgem sem infraestrutura mínima: ruas sem pavimentação, ausência de arborização, esgoto a céu aberto e habitações precárias. O resultado é o agravamento de ilhas de calor que elevam as temperaturas em até 4 °C em relação a áreas com cobertura vegetal, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em vez de repetir modelos urbanos importados, que ignoram as especificidades do clima amazônico, arquitetos e urbanistas têm recorrido a soluções baseadas no território e nos saberes tradicionais da população ribeirinha. A arquitetura bioclimática — que busca equilibrar conforto ambiental e eficiência energética usando recursos naturais como luz solar, ventilação e sombreamento — começa a se firmar como estratégia técnica e cultural.

“A ARQUITETURA MODERNA
IGNOROU O QUE O
RIBEIRINHO SEMPRE
SOUBE. AGORA, ESTAMOS
REDESCOBRINDO QUE
PALAFITAS, RIPAS VAZADAS,
TELHAS ALTAS E MADEIRA
NOBRE TÊM LÓGICA
TÉRMICA, ECOLÓGICA E
ECONÔMICA”





Um exemplo emblemático é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé, no Amazonas. Projetado com base em princípios bioclimáticos, o complexo utiliza madeira manejada de forma sustentável, cobertura em duas águas para facilitar o escoamento da chuva, painéis ripados que permitem ventilação cruzada e aproveitamento da iluminação natural. Os prédios são elevados sobre palafitas, respeitando o ciclo das cheias e evitando impactos sobre o solo. A temperatura interna das construções é, em média, 4 °C mais baixa que a externa, sem uso de ar-condicionado, o que é resultado de soluções passivas pensadas para o clima local.

Em Santarém, no Pará, o campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) também incorpora princípios da arquitetura adaptada à realidade amazônica. As edificações utilizam materiais regionais, grandes coberturas inclinadas para proteção contra sol e chuva, além de ventilação natural em todos os ambientes. O projeto prioriza o conforto térmico sem depender de sistemas artificiais, e foi desenvolvido com participação de pesquisadores locais, valorizando o conhecimento técnico e empírico do território.

“A arquitetura moderna ignorou o que o ribeirão sempre soube. Agora, estamos redescobrimo que palafitas, ripas vazadas, telhas altas e madeira nobre têm lógica térmica, ecológica e econômica”, afirma Cardoso. “O desafio é romper com a estética do concreto armado, que simboliza status, mas gera sofrimento térmico”, completa a professora.

Segundo um estudo da ONG Habitat para a Humanidade Brasil, de 2023, a maioria das moradias em áreas periféricas de capitais amazônicas como Manaus, Belém e Porto Velho é autoconstruída, sem acompanhamento técnico. Em áreas de risco, construídas com materiais inadequados e sem ventilação, essas casas ampliam a exposição da população aos efeitos extremos do clima, sejam secas prolongadas ou chuvas intensas.

EM MANAUS, BAIROS INTEIROS ENFRENTARAM FALTA D'ÁGUA, INTERRUPÇÕES NO TRANSPORTE FLUVIAL E ÍNDICES DE POLUIÇÃO DO AR EQUIVALENTES AOS DE METRÓPOLES INDUSTRIAIS





Yêda Corrêa, Professora Universitária do Instituto de Biologia da UFAM

ARBORIZAÇÃO URBANA: AUSÊNCIA VERDE QUE CUSTA VIDAS

Mesmo cercadas por uma das maiores coberturas florestais do planeta, as capitais amazônicas convivem com escassez de sombra. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em abril deste ano, apenas 53,6% das ruas de Boa Vista têm arborização mínima; em Macapá, o índice é de 66%. Belém figura entre as menos arborizadas do país, com apenas 44,65% das ruas apresentando cobertura verde. Em contraste, cidades como João Pessoa, Curitiba e Goiânia têm mais de 80% de cobertura.

Segundo a professora Yêda Corrêa, do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), entre os danos causados pela baixa arborização, estão a contribuição para picos de temperatura, aumento da poluição, doenças respiratórias e prejuízos à retenção de água da chuva. O déficit de áreas verdes também afeta a saúde mental: estudos do Instituto de Psicologia Ambiental apontam que moradores de regiões com menos árvores registram maiores índices de ansiedade e estresse.

“A árvore urbana é uma infraestrutura de saúde pública. Ela é o ar-condicionado natural, o filtro de poluentes, o espaço de encontro, o amortecedor da chuva. Vivemos cercados pela maior



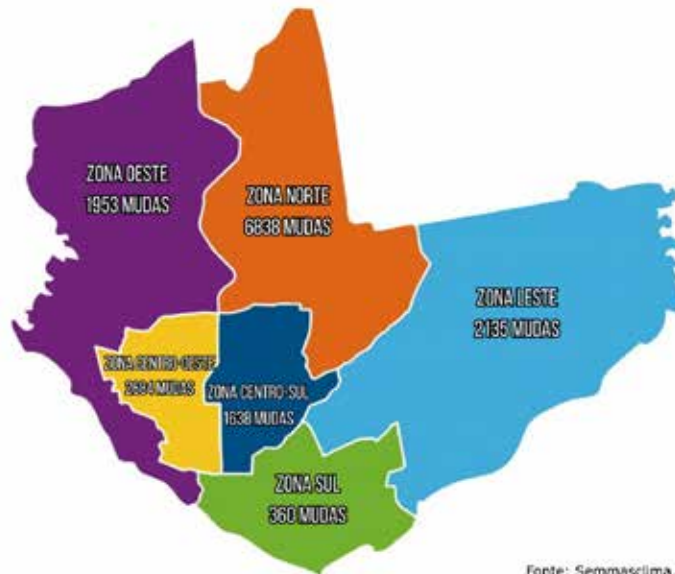
floresta tropical do mundo, mas nossas cidades parecem ter sido projetadas para climas áridos. Falta planejamento, falta orçamento, mas sobretudo falta vontade política de enxergar que verde é prioridade, não acessório”, resume Corrêa.

“Em projetos de edifícios e arranha-céus, por exemplo, a arborização é automaticamente ignorada, pois a visão de futuro adotada nas cidades do bioma amazônico ainda traz consigo um viés histórico-colonial, que remete o verde e tudo alinhado a ele ao primitivismo”, acrescenta a professora.

A boa notícia é que algumas cidades começaram a reagir. Por meio do plano Manaus Mais Verde, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas (Semmasclima), já plantou, no primeiro semestre de 2025, mais de 12 mil mudas em localidades públicas — um número quase três vezes superior ao total do ano anterior.

“O plantio de árvores é a garantia de sobrevivência da nossa gente. Este ano, a gente vai triplicar o que fizemos só no ano passado. Vamos plantar 15 mil árvores. Arborização e clima da capital são prioridades da nossa gestão”, afirmou o vice-prefeito Renato Junior.

Mudas plantadas de janeiro a junho de 2025



Fonte: Semmasclima, junho 2025



A iniciativa ocorreu graças ao uso de equipamentos mecanizados que aumentam produtividade e reduzem esforço físico. A meta é alcançar 15 mil mudas plantadas até dezembro em 50 áreas públicas. A previsão também inclui a distribuição gratuita de mudas à população e o contínuo monitoramento das árvores já plantadas. Durante o verão amazônico, segundo o titular da Semmasclima, Fransuá Matos, as regas serão intensificadas, para que as mudas continuem se desenvolvendo.



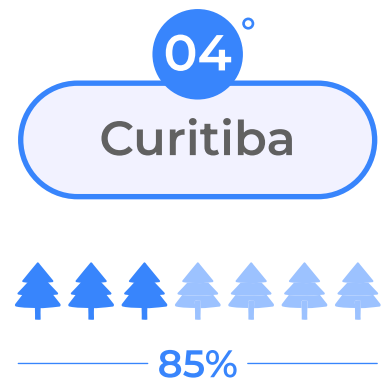
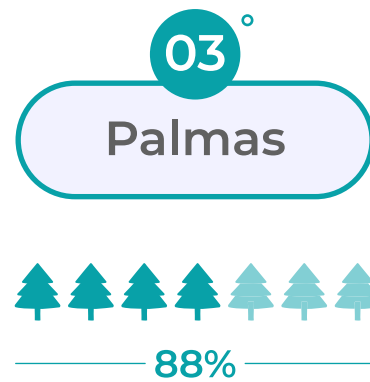
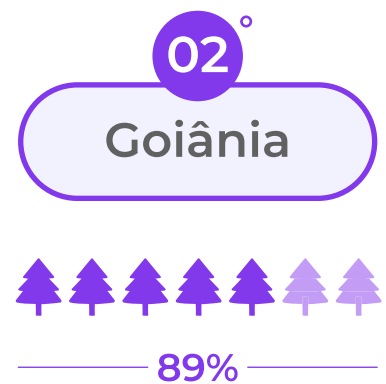
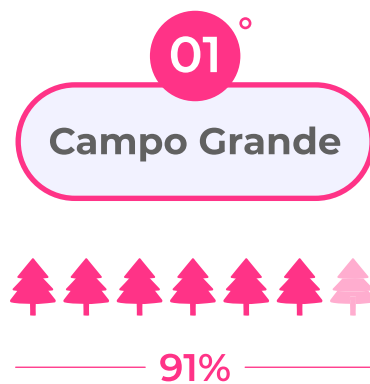
CAPITAIS MAIS ARBORIZADAS

Ranking das capitais mais arborizadas em (%) por trecho de via com pelo menos 1 árvore.

Em Belém, a urgência é ainda maior. A cidade se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em novembro de 2025, e a contradição tornou-se emblemática: uma capital amazônica que será palco de discussões globais sobre clima, mas que tem menos da metade de suas vias arborizadas. Para mudar essa realidade, o município lançou o projeto “Cidade Verde” em janeiro deste ano, com meta de plantar 10 mil mudas ao longo do ano, especialmente em bairros periféricos, onde o calor e contaminação urbana são mais agudos.

A Prefeitura de Belém comprometeu-se a plantar 2 mil mudas por mês, totalizando cerca de 25 mil até o fim do ano, e também firmou contrato para garantir a manutenção, pois, sem os devidos cuidados (como irrigação e poda), muitos plantios não sobrevivem. A Secretária de Meio Ambiente e Clima de Belém, Juliana Nobre, destacou que diversas espécies nativas estão sendo plantadas, entre as quais jambu, pau-preto, ipê-rosa, abiu, jenipapo, açaí, mamorana, andirá-uxi, pata-de-vaca e oiti. Todas devidamente selecionadas para suportar o microclima e embelezar a cidade.

No Parque da Cidade, epicentro da COP e antiga área do aeroclube, o plantio de árvores foi ainda mais estratégico: mais de 1 300 mudas foram plantadas até 2024, incluindo exemplares adultos — samaumeira, seringueira, ipê, bacabeira, pupunheira — e espécies em risco, como cedro, mogno e acapu. A meta é alcançar 2.500 árvores até o evento, protegendo-as por meio de transplante técnico com manejo de raízes e copa, adubação, envelopamento e irrigação para maximizar a taxa de sobrevivência. O parque, com 552 mil m² (equivalente a 50 campos de futebol), também ganhará, até o fim do primeiro semestre de 2025, ciclovias, trilhas, lago e áreas de lazer, integrando infraestrutura urbana e qualidade ambiental.



Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022



ISSO REVELA A
URGÊNCIA DE
MELHORAR A COLETA,
IMPLEMENTAR
ATERROS ADEQUADOS
E AMPLIAR A
RECICLAGEM

RESÍDUOS SÓLIDOS: UM DESAFIO QUE PERSISTE

Desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, o Brasil assumiu o compromisso de erradicar os lixões até 2014, prazo esse adiado, pela última vez, para agosto de 2024 para pequenos municípios. No entanto, mais de dez anos depois, a realidade na Amazônia ainda está muito distante desse objetivo. Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2024 mostram que 31,9 % dos municípios brasileiros ainda destinam seus resíduos a lixões a céu aberto, com os estados da região — Amazonas (91,9 %), Pará (83,8 %), Roraima (85,7 %) e Maranhão (86,2 %) — liderando esse ranking. Ou seja, mesmo após o novo prazo legal, cerca de 68,9 % das cidades do Norte ainda mantêm disposição inadequada de resíduos, sendo 63,4 % em lixões e 10,2 % em aterros controlados.

Em Manaus, que gera entre 2.300 e 2.500 toneladas de lixo por dia, o equivalente a 575 caminhões diários, quase 90 % desse volume segue diretamente para o Aterro do quilômetro 19 da rodovia AM-010, sem qualquer triagem prévia, e a coleta seletiva ainda cobre apenas 14,9 % da população, concentrada em bairros centrais e nobres. A taxa de reciclagem é de apenas 1,2 % do total gerado, embora esse índice seja sete vezes maior que o registrado em 2013.

A solução aguardada, por anos, está no Centro de Tratamento e Transformação de Resíduos (CTTR) — localizado no ramal Itaúba, no quilômetro 13 da BR-174, zona oeste de Manaus —, um avanço significativo na gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente



na Região Metropolitana. Instalado em um terreno de 142,8 hectares e já operando a primeira de três células impermeabilizadas com capacidade diária de 1 200 toneladas (a ser triplicada ao final das obras), o CTTR integra sistemas modernos de impermeabilização, drenagem de chorume com osmose reversa e monitoramento ambiental rigoroso. Dessa forma, a infraestrutura não só impede a contaminação do solo e do bioma amazônico, como também trata o chorume para reutilização industrial.

Além da destinação correta dos resíduos, o projeto do Centro prevê a captação e aproveitamento do biogás gerado pela decomposição orgânica — fase que se concretizará dois anos após o início da operação. A proximidade à rede de distribuição de gás natural permitirá a injeção de biometano, contribuindo para a descarbonização da matriz energética de Manaus e gerando certificados de descarbonização para os consumidores.

MANAUS TAMBÉM
IMPLEMENTOU
ECOBARREIRAS EM
IGARAPÉS E NO RIO
NEGRO, REDUZINDO
EM MAIS DE 50 %
O VOLUME DE LIXO
FLUTUANTE



Estima-se que, em pleno funcionamento, o CTTR poderá reduzir até 400 milhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano, além de movimentar cerca de R\$ 200 milhões em investimento privado, impulsionando benefícios ambientais, econômicos e sociais para a região.

Boa Vista, por sua vez, desponta como referência no Norte ao adotar sistemas inteligentes de monitoramento de lixo: sensores instalados em contêineres que informam o nível de enchimento em tempo real, reduzindo a coleta desnecessária e gerando economia de até 30 % nos custos, além de cortar emissões de CO₂ da frota de caminhões.

Na capital paraense, Belém, o reforço às cooperativas de catadores tem sido a estratégia central: entre 2019 e 2024, o número de catadores formalizados saltou de 230 para mais de 500. A prefeitura forneceu microcrédito, galpões de triagem e integração plena ao sistema público, pilares que têm permitido a esses trabalhadores operarem melhores condições, acelerar a logística reversa e ampliar a coleta comunitária.

Em Rio Branco, no Acre, outro modelo vem sendo testado com foco em educação e inclusão social: a formação de “agentes mirins da reciclagem” em escolas. Crianças e adolescentes são capacitados para atuar na triagem, educação ambiental e mobilização comunitária, fortalecendo desde cedo a cultura de reaproveitamento e reciclagem.

“A lógica dos resíduos precisa mudar da exclusão para a inclusão. Não se trata apenas de reciclar, mas de envolver a sociedade e garantir dignidade a quem vive desse trabalho”, analisa Michele Aracaty, economista e professora do Departamento de Economia e Análise da Ufam, reforçando que a verdadeira transição para uma gestão adequada de resíduos só será possível com justiça social e reconhecimento do papel dos catadores.

Manaus também implementou ecobarreiras em Igarapés e no Rio Negro, reduzindo em mais de 50 % o volume de lixo flutuante — de 600-700 toneladas por mês retiradas manualmente, caiu para 200–250 toneladas após a implantação dessas barreiras. Ainda assim, cerca de 85 % dos resíduos poderiam ser reciclados ou reaproveitados, mas seguem indo ao aterro por falta de estrutura e incentivos.

Essas ecobarreiras, localizadas de leste a oeste da capital amazonense, funcionam como filtros, retendo o lixo que, de outra forma, seguiria para os rios da região. Com as chuvas intensas que afetam a cidade, os equipamentos se tornam ainda mais necessários, evitando que grandes quantidades de resíduos comprometam os cursos d’água e causem impactos ambientais irreversíveis.

Segundo o titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp), Sabá Reis, as ecobarreiras instaladas nos Igarapés de Manaus são monitoradas e limpas diariamente pelas equipes da prefeitura. “Estamos trabalhando incansavelmente para manter a cidade limpa, especialmente durante o período chuvoso. Todos os dias, nossas equipes realizam a manutenção das ecobarreiras para garantir que esses dispositivos cumpram seu papel e contribuam para a preservação dos nossos Igarapés”, destacou o secretário.

O Amazonas é o terceiro estado com maior geração diária de lixo por habitante (1,04 kg/dia), acima da média nacional de 956g, e à frente de todos os demais estados da Região Norte, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, publicado em 2020 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).



MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E TECNOLOGIAS PARA TRANSFORMAR A REALIDADE

A mobilidade ativa (caminhada e bicicleta) e elétrica ainda são pouco estimuladas na região. A maioria das cidades da Amazônia não possui ciclovias contínuas, calçadas acessíveis nem sistemas de transporte público com energia limpa. O modelo segue centrado no transporte individual e na queima de combustíveis fósseis.

Iniciativas promissoras, porém, começam a surgir. Em Boa Vista, a regulamentação de maio de 2024 modernizou a legislação de micromobilidade, estabelecendo normas para ciclomotores, bicicletas elétricas, patinetes e outros veículos elétricos individuais. A lei define limites de velocidade (32 km/h para bicicletas elétricas, 50 km/h para ciclomotores), exige uso de equipamentos de segurança, iluminação e respeito à circulação segura de pedestres e usuários de ciclovias, sinalizando um incentivo ao uso desses meios como alternativas sustentáveis de transporte urbano.

No campo da infraestrutura, a Amazônia Eletrovias, empreendimento apoiado pelo governo federal em parceria com empresas de energia, já disponibiliza cerca de 30 pontos de recarga rápida para veículos elétricos em rodovias do Norte e Nordeste. Esse avanço demonstra a viabilidade de uma rede de “eletrovias” que conecta capitais e grandes centros da Amazônia, preparando o terreno para ampliação para os corredores da BR-174 e BR-319 no médio prazo.

Ainda que haja desafios, como a falta de ciclovias contínuas e calçadas bem planejadas, essas iniciativas mostram que é possível avançar. A presença de ônibus elétricos, a regulamentação da micromobilidade e a expansão de infraestrutura de recarga são os primeiros passos concretos rumo a uma mobilidade urbana mais sustentável na Amazônia.



VOCÊ JÁ FOI ENGANADO POR UM CONTEÚDO FALSO?

Os jovens estão preocupados em buscar informações confiáveis, revela a pesquisa Trust in News, realizada em 2017 pelo Kantar Ibope Media. E 72% dos entrevistados confiam mais em revistas que em outras mídias. As revistas impressas, online, no celular ou em vídeo, fornecem conteúdo relevante, investigativo e em um ambiente seguro.

REVISTAS
Eu acredito!


ANER
www.aner.org.br

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS
#REVISTAEUACREDITO | WWW.ANER.ORG.BR



MERCADO DE CARBONO AVANÇA NA AMAZÔNIA SOB DISPUTAS E INCERTEZAS

PROJETOS FLORESTAIS ENFRENTAM CRÍTICAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E INVESTIGAÇÕES, ENQUANTO EMPRESAS AMPLIAM SUA PRESENÇA EM MEIO À CORRIDA POR CRÉDITOS VERDES

IMAGEM ARQUIVO PIM

O mercado de créditos de carbono tem despontado como uma das principais opções para conter o avanço das mudanças climáticas. Na Amazônia brasileira, esse mecanismo financeiro está diretamente ligado à conservação florestal e ao modo de vida de milhares de pessoas que vivem em territórios coletivos, como terras indígenas, reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas. A promessa de transformar a floresta em uma fonte de renda tem atraído grandes empresas e despertado a atenção do poder público, mas também vem gerando tensões, incertezas e acusações de violação de direitos.

Crédito de carbono se trata de um mecanismo internacional que busca remunerar projetos capazes de evitar ou remover emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em linhas gerais, um crédito equivale a uma tonelada de CO₂ que deixou de ser emitida ou foi removida da atmosfera – ação conhecida também como sequestro de carbono. Esses créditos podem ser comercializados por empresas que precisam compensar suas emissões ou que desejam contribuir voluntariamente para metas climáticas.



O PROJETO DE CARBONO FLORESTAL SURUÍ FOI O PRIMEIRO PROJETO DE CRÉDITO DE CARBONO DESENVOLVIDO POR UMA COMUNIDADE INDÍGENA COM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

Parte dos projetos amazônicos se baseia em iniciativas do tipo REDD ou REDD+, siglas para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, com o “+” incorporando ações adicionais como conservação, manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal. Esses projetos remuneraram comunidades, produtores ou governos que mantêm suas florestas em pé, evitando o avanço do desmatamento.

Além do modelo de projetos individuais ou em pequena escala, existe também o chamado REDD jurisdicional, que envolve estratégias integradas em nível de estados ou países, com governança pública, políticas de repartição de benefícios e mecanismos de verificação mais amplos.

O marco inicial da comercialização amazônica remonta a 2009, com a implantação do Projeto de Carbono Florestal Suruí, idealizado pelo povo Paíter Suruí na terra indígena Sete de Setembro, entre Rondônia e Mato Grosso. Foi o primeiro projeto de crédito de carbono desenvolvido por uma comunidade indígena com certificação internacional, combinando manejo florestal sustentável, monitoramento por satélite e apoio à educação, saúde e infraestrutura local. Os cinco primeiros anos foram considerados bem-sucedidos, com redução significativa do desmatamento.

Contudo, em 2018, a descoberta de grandes jazidas de ouro na região desencadeou uma nova dinâmica territorial. A exploração ilegal provocou divisões internas e tensões entre os líderes. O projeto foi suspenso e, segundo lideranças locais, não há previsão de retomada.

“As promessas foram muito boas: vida de maior qualidade, saúde, educação. Todo mundo contribuiu. Mas logo chegou conflito e faltou respeito.



PARTE DOS PROJETOS AMAZÔNICOS SE BASEIA EM INICIATIVAS DO TIPO REDD+



Fomos enganados e estamos passando as consequências disso”, lamentou o cacique Jonaton Suruí, da aldeia Linha 14 – em entrevista ao portal Eco Amazônia, ainda em 2015.

Outro projeto relevante surgiu em 2011: o REDD+ Jari, nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no Amapá. Desenvolvido por famílias que vivem nas adjacências de Unidades de Conservação (UCs), o projeto visava reduzir as emissões de gases de efeito estufa provocadas pelo desmatamento. A iniciativa atraiu investidores nacionais e estrangeiros, incluindo a empresa chinesa CTG. Apesar do entusiasmo inicial, houve relatos de centralização de recursos e falta de repartição equitativa entre as comunidades locais.

Em algumas regiões, os recursos obtidos com a venda de créditos de carbono trouxeram mudanças concretas. No território Suruí, por exemplo, as verbas possibilitaram a formação de lideranças, implantação de postos de saúde e fortalecimento da governança interna. A população foi capacitada para atuar no monitoramento ambiental e na elaboração de planos de manejo. Entretanto, a instabilidade política interna e a ausência de acompanhamento contínuo comprometeram os resultados esperados.

No Amapá, o projeto Jari impulsionou empregos locais e contratou serviços de moradores, mas a ausência de transparência dos contratos e a falta de mecanismos claros de divisão dos lucros levantaram críticas.



CONSULTA PRÉVIA, DIREITOS COLETIVOS E O PAPEL DO MPF

Diversos casos levantam preocupações quanto ao cumprimento da

MARCO REGULATÓRIO

COM A SANÇÃO DA LEI Nº 15.042/2024, FOI CRIADO O SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE), QUE REGULAMENTA O MERCADO NACIONAL DE CARBONO. O TEXTO LEGAL INCLUI DISPOSITIVOS QUE REFORÇAM A NECESSIDADE DE CONSULTA PRÉVIA, DIVISÃO JUSTA DOS BENEFÍCIOS E MECANISMOS DE INDENIZAÇÃO EM CASOS DE VIOLAÇÃO.

A EXPECTATIVA É QUE, COM A REGULAMENTAÇÃO DEFINITIVA PREVISTA ATÉ 2030, O BRASIL CONSIGA CONSOLIDAR UM MERCADO TRANSPARENTE, CONFIÁVEL E QUE BENEFICIE DE FATO AS POPULAÇÕES DA FLORESTA.



NÃO EXISTE CRÉDITO LEGÍTIMO SEM O PROTAGONISMO DA COMUNIDADE

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) a comunidades afetadas. Projetos têm sido implementados sem garantir que todos os moradores compreendam plenamente os objetivos, impactos e riscos. Em muitos casos, apenas algumas lideranças são ouvidas, comprometendo a legitimidade das decisões.

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, no Amazonas, a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro denuncia a falta de transparência no projeto de carbono em andamento. Segundo a liderança Marlene Alves da Costa, o processo está sendo conduzido por parte dos órgãos gestores de forma unilateral.

“Eu ainda estou bem desinformada, só sei o que ouvi pela televisão [...]. Quando vem uma decisão dessa para dentro de uma reserva, os nossos governantes já decidiram sem nos consultar. É muito investimento na nossa Amazônia, mas não lembram que aqui existe gente, que no Amazonas tem também o ribeirão”, alertou Marlene, durante entrevista ao portal Amazônia Real, em outubro do ano passado.

Diante das diversas denúncias, o Ministério Público Federal (MPF) tem ampliado sua atuação na fiscalização dos projetos de carbono na Amazônia. De acordo com o procurador da República no Amazonas, Fernando Merloto, muitas comunidades não têm informações suficientes sobre os contratos que estão assinando e acabam concordando com termos desvantajosos.

“Boa parte das comunidades, frequentemente sem acesso à internet ou assessoria jurídica, assina acordos que envolvem grandes somas de dinheiro e concessão de direitos territoriais sem compreensão adequada”, ressalta Merloto. O risco, segundo ele, é que os projetos se tornem falsas soluções climáticas e agravem vulnerabilidades locais, se não forem bem planejados e devidamente fiscalizados.

Ainda de acordo com o procurador, para que os projetos de carbono na Amazônia sejam de fato sustentáveis e justos, é fundamental estabelecer modelos claros, transparentes e equitativos de repartição dos benefícios financeiros. O MPF defende que uma parcela significativa e adequada desses recursos seja revertida diretamente às comunidades, reconhecendo seu papel essencial na conservação da floresta.

EMPRESAS RESPONDEM COM INICIATIVAS E CERTIFICAÇÕES

Em meio ao crescimento acelerado do mercado de carbono na Amazônia, duas empresas têm se destacado

com projetos já em operação, metodologias próprias e atuação em campo: Ambipar e Tero Carbon. Cada uma segue um modelo diferente de geração e comercialização de créditos, mas ambas apostam em soluções escaláveis com impacto socioambiental mensurável e em conformidade com padrões internacionais ou protocolos desenvolvidos no Brasil.

A Ambipar Carbon Solutions, gigante do setor ambiental, opera hoje com uma carteira de mais de dez projetos REDD+ e ARR (Aflorestamento, Reflorestamento e Revegetação) distribuídos entre Rondônia, Amapá, Pará, Acre e Mato Grosso do Sul, somando mais de 2,5 milhões de hectares de áreas sob manejo sustentável ou preservação integral. Entre os destaques está o REDD+ Manoa, em Cujubim, Rondônia, voltado para proteção de floresta nativa em área privada, com plano de manejo certificado e ações de vigilância por satélite e drones.

Já o REDD+ RESEX Jacundá, em Porto Velho, é um dos primeiros projetos de carbono a ser implementado em uma reserva extrativista federal, com envolvimento direto de 228 famílias da comunidade, geração de renda por meio do extrativismo de castanha-do-brasil e óleos vegetais, além de iniciativas de reflorestamento participativo.

Ambos os projetos são auditados por entidades internacionais e seguem os protocolos da Verra, com validação nos padrões VM0048 (REDD+ em propriedades privadas), VM0047 (restauração florestal) e VM0042 (manejo agrícola com baixa emissão). Também receberam o selo CCBS Gold, que atesta benefícios sociais, e estão alinhados ao programa SD VISTA, que avalia a contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conforme aponta a head global do grupo, Soraya Pires, a Ambipar vive um momento de transição muito positivo com a regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Com a Lei 15.042/2024, a segurança jurídica foi

**COM A LEI 15.042/2024, A
SEGURANÇA JURÍDICA FOI
FORTALECIDA, ATRAINDO
INVESTIDORES MAIS SÉRIOS E
AUMENTANDO A DEMANDA POR
CRÉDITOS DE QUALIDADE**



fortalecida, atraindo investidores mais sérios e aumentando a demanda por créditos de qualidade. “A Amazônia, hoje, é o bioma com maior potencial de geração de créditos por hectare, o que coloca a região no centro das atenções para novos projetos. Mas os desafios continuam enormes: desde a regularização fundiária até a logística em áreas remotas”, pontua a dirigente.

“Nada disso faz sentido se não houver participação efetiva das comunidades tradicionais. Trabalhamos com consulta livre, prévia e informada, e planos de benefício social que respeitam as necessidades específicas de cada comunidade. Não é possível falar em conservação sem envolver quem vive e protege a floresta todos os dias”, conclui.

Já a Tero Carbon atua com alguns projetos-piloto em comunidades agroextrativistas no Amazonas, Acre e Pará, focando em metodologias próprias de certificação 100% brasileiras, como a TERO.001 (REDD+ em áreas comunitárias), TERO.002 (manutenção de floresta em pé) e TERO.004 (sistemas agroflorestais).

Seu projeto mais consolidado é o Aruanã, em Itacoatiara, no Amazonas, com cerca de 25 mil hectares de floresta conservada, área que possui histórico de manejo florestal desde os anos 1980. A iniciativa já evitou



SORAYA PIRES,
HEAD GLOBAL DO
GRUPO AMBIPAR



**FRANCISCO
HIGUCHI,**
CEO DA TERO
CARBON



a emissão de mais de 2 milhões de toneladas de CO2 equivalente, segundo auditorias independentes, e gera renda a partir da comercialização de castanha, andiroba e cacau nativo, além de capacitações técnicas para a juventude rural.

A empresa se diferencia por registrar cada crédito gerado como NFT na blockchain Polygon, com informações públicas de origem, georreferenciamento, volume de carbono evitado e beneficiários diretos, consultáveis em plataformas como OpenSea e CAD Trust.

“Não existe crédito legítimo sem o protagonismo da comunidade. Todo o nosso processo exige comprovação de consulta livre, prévia e informada, com ata de assembleia, vídeo e assinatura dos líderes locais. É um padrão que vai além do que se vê no mercado internacional”, afirma Francisco Higuchi, CEO da Tero Carbon.

Apesar da crescente visibilidade no mercado de carbono, tanto a Ambipar quanto a Tero Carbon evitam divulgar os valores exatos investidos ou arrecadados com os projetos desenvolvidos na Amazônia. As duas empresas afirmam que essas informações são estratégicas e não fazem parte do escopo público.

Por **Amanda Gabriele**, estagiária sob a supervisão de Francisco Gomes MTB (2238/AM)

Um Ecosistema de boas práticas para a gestão de **Empresas** e **Governos** na Amazônia Legal.



REALIZAÇÃO:

INSTITUTO
ESG
AMAZÔNIA

PATROCÍNIO:

 **BALPONTE**

MÍDIA OFICIAL:

 **MAMAZÔNIA**
POLÍTICA • INDUSTRIAL • MÍDIA AVANÇADA



ESG NO CORAÇÃO DA FLORESTA: INDÚSTRIAS DE MANAUS UNEM PRODUÇÃO, RESPONSABILIDADE E FUTURO

INDÚSTRIAS COMO YAMAHA E VISTEON MOSTRAM QUE É POSSÍVEL ALIAR INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, GERAÇÃO DE EMPREGO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA — E FAZEM DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS UM EXEMPLO NACIONAL DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ESG

IMAGEM ARQUIVO PIM

No coração da maior floresta tropical do planeta, o Polo Industrial de Manaus (PIM) abriga centenas de fábricas que movimentam bilhões de reais por ano e geram mais de 130 mil empregos diretos. Mas, além da produção em escala, um novo modelo começa a se consolidar: o da sustentabilidade como estratégia de negócio. É nesse contexto que os princípios ESG — sigla em inglês para Environmental, Social and Governance, ou ambiental, social e governança — se tornam protagonistas na Amazônia.

O conceito surgiu em 2004, por iniciativa do projeto "Who Cares Wins", lançado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com o Banco Mundial. A proposta era clara: incentivar empresas a incorporar ações efetivas em sustentabilidade e responsabilidade corporativa como parte do seu valor de mercado. Desde então, o ESG ganhou força e, atualmente, é uma métrica considerada essencial por investidores, governos e consumidores em todo o mundo.





Michele Aracaty, Professora Universitária e Economista

No Brasil, e especialmente em Manaus, essa agenda vem sendo levada a sério por grandes indústrias. A localização estratégica, dentro da floresta amazônica, exige um equilíbrio delicado entre desenvolvimento e preservação. Empresas como a Yamaha Motor da Amazônia e a Visteon Amazonas, por exemplo, mostram que esse equilíbrio é possível, necessário e, acima de tudo, rentável.

“Sustentabilidade deixou de ser um diferencial. Hoje, é condição para existir. Não basta produzir bem. É preciso produzir certo”, resume Tiago Muzilli, coordenador de relações institucionais da Yamaha, uma das primeiras empresas a aderir ao programa Zona Franca de Manaus + ESG, lançado, este ano, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam).

As práticas ESG envolvem três pilares fundamentais: o compromisso com o meio ambiente, a responsabilidade social e a transparência na gestão. Na Amazônia, esse modelo ganha contornos ainda mais críticos: preservar o bioma amazônico, enfrentar indicadores sociais desafiadores e operar com governança em uma das regiões mais fiscalizadas do Brasil.

A economista Michele Aracaty, professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), acredita que o PIM caminha para se tornar um modelo de indústria sustentável. “O Polo já apresenta um alto grau de prontidão para a Indústria 4.0, com integração de tecnologias como inteligência artificial, Internet das Coisas, economia circular e manufatura aditiva. Isso, somado às práticas ESG, torna o modelo ainda mais robusto”, analisa.

AMBIENTAL E INDUSTRIAL: UM ENCONTRO POSSÍVEL

Na Visteon Amazonas, que fabrica sistemas eletrônicos automotivos, o compromisso ambiental vai além do discurso. Um dos projetos mais relevantes é o plantio de espécies frutíferas em áreas degradadas, ajudando na recuperação do solo e na ampliação da cobertura vegetal.

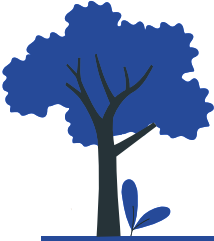
“Cada árvore plantada é um investimento de longo prazo, não apenas na natureza, mas também na imagem e no compromisso real da empresa”, afirma Marcelo Batista, diretor de operações da Visteon. Segundo ele, a empresa mantém um sistema de tratamento de resíduos e efluentes rigoroso e adota práticas de logística reversa e reutilização de materiais, em linha com os princípios da economia circular.

Na Yamaha, a planta de Manaus já opera há sete anos sob a política de “aterro zero”, ou seja, nenhum resíduo industrial é destinado a lixões. Tudo é reciclado, reaproveitado ou tratado corretamente. Além disso, a empresa estabeleceu a meta de reutilizar 100% dos efluentes até 2035.

Outro exemplo concreto é o lançamento da Neo’s Connected, primeira scooter elétrica da Yamaha produzida no Brasil, e desenvolvida justamente em Manaus. O modelo traz conectividade via aplicativo, com informações sobre consumo, localização e estado da bateria. A iniciativa, lançada em 2025, coloca a fábrica local na vanguarda da mobilidade elétrica no país.

CAPACITAÇÃO,
INCLUSÃO E
GERAÇÃO DE RENDA
SÃO FRENTES QUE
VÊM RECEBENDO
ATENÇÃO REAL DAS
EMPRESAS DO POLO
INDUSTRIAL DE
MANAUS





“GOVERNANÇA É O QUE GARANTE QUE AS BOAS INTENÇÕES VIREM AÇÕES PERMANENTES E NÃO MODISMOS DE MERCADO”

MARCELO BATISTA, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA VISTEON

RESPONSABILIDADE SOCIAL: DESENVOLVIMENTO QUE INCLUI

No Amazonas, onde índices de vulnerabilidade social são historicamente elevados, o impacto social das indústrias é central na agenda ESG. Capacitação, inclusão e geração de renda são frentes que vêm recebendo atenção real das empresas do PIM.

A Yamaha mantém, desde 2008, a Oficina Escola de Mecânica de Motocicletas, em parceria com a Escola Pró-Menor Dom Bosco. O projeto já formou 701 jovens, dos quais 300 foram contratados pela empresa. Outro projeto, o Barco Escola Samaúma, realizado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Amazonas), já levou capacitação em mecânica a 541 ribeirinhos em 65 municípios amazônicos.

“Estar na Amazônia, além de um privilégio, é uma responsabilidade. Mais do que empregar, queremos transformar. Nosso objetivo é criar oportunidades reais, que permitam ao jovem da periferia ou da comunidade ribeirinha vislumbrar um futuro diferente. Encaramos isso como parte da nossa missão empresarial”, afirma Tiago Muzilli.

Na Visteon, o programa Visteens oferece formação básica em eletroeletrônica para filhos de colaboradores, abrindo portas para a entrada no mercado industrial. A empresa também participa do Pacto Empresas com Refugiados, da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), realiza ações com a comunidade LGBTQIAPN+ e promove a presença de mulheres em cargos de liderança.





“A GOVERNANÇA É A ESPINHA DORSAL DA SUSTENTABILIDADE. SEM ELA, QUALQUER AVANÇO AMBIENTAL OU SOCIAL FICA VULNERÁVEL À RUPTURA”

TIAGO MUZILLI, COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA YAMAHA

“A gente acredita que a indústria não pode mais ser um espaço apenas de produção. Além da entrega de resultados, ela precisa ser um agente de transformação social real. O programa Visteens nasceu dessa visão: queremos que os filhos dos nossos colaboradores conheçam desde cedo o ambiente industrial, aprendam, se inspirem e descubram que também podem ocupar esse lugar com autonomia e preparo. Não é sobre ensinar só a parte técnica, mas mostrar que existe um caminho possível, digno e acessível para eles”, ressalta Marcelo Batista.

“O mesmo vale para outras ações que abraçamos. Quando a Visteon se engaja em projetos como o Pacto com Refugiados, quando estimula a diversidade de gênero, sexualidade e cultura dentro da nossa fábrica, estamos dizendo que cada pessoa importa e que a inovação não existe sem pluralidade. Promover equidade não é caridade: é estratégia de futuro. A gente quer — e precisa — de uma indústria que reflita a diversidade do mundo que está lá fora”, completa o diretor.





GOVERNANÇA: ÉTICA E TRANSPARÊNCIA COMO POLÍTICA PERMANENTE

Embora frequentemente ofuscada por ações ambientais e sociais mais visíveis, a governança corporativa, terceiro pilar do ESG, é o que dá sustentação real a todas as boas práticas. Trata-se do conjunto de políticas, processos e sistemas que garantem que a empresa opere com ética, transparência, responsabilidade e conformidade legal, mesmo sob pressão de mercado, mudanças políticas ou crise ambiental.

No contexto do PIM, onde operam centenas de multinacionais e empresas com cadeia produtiva global, manter uma governança sólida é não apenas uma exigência legal, mas uma condição estratégica para a continuidade dos negócios.

Na Visteon Amazonas, o compromisso com a governança se traduz em auditorias internas e externas recorrentes, feitas tanto por clientes internacionais quanto por certificadoras independentes. A empresa adota padrões rígidos de compliance, com códigos de conduta, canais de denúncia, treinamentos periódicos e um sistema de rastreabilidade que cobre toda a operação, da entrada de insumos à entrega final do produto.

“Governança é o que garante que as boas intenções virem ações permanentes e não modismos de mercado. Aqui na Visteon, não existe sustentabilidade sem controle, sem auditoria, sem clareza nas regras. A gente trabalha com clientes e parceiros em diversos países, sob legislações diferentes, e precisamos garantir que tudo o que fazemos em Manaus esteja dentro dos mais altos padrões globais. Não se trata apenas de seguir normas, mas também de criar uma cultura em que todos, da diretoria ao chão de fábrica, saibam que agir com ética não é uma opção — é o único caminho possível”, afirma Batista.

A Yamaha Motor da Amazônia também segue diretrizes internacionais de governança, adaptadas ao contexto legal e cultural brasileiro. Seus sistemas de gestão ambiental e trabalhista são auditados regularmente por órgãos de controle e pela matriz no Japão. Além disso, a empresa é signatária do Pacto Global ONU, o que reforça o compromisso com padrões globais de integridade e transparência.

“A governança é a espinha dorsal da sustentabilidade. Sem ela, qualquer avanço ambiental ou social fica vulnerável à ruptura. O que garante continuidade e confiança no longo prazo é a governança bem estruturada, capaz de suportar auditorias, evoluir com o tempo e proteger os princípios que nos norteiam”, resume Muzilli.



ZFM + ESG: UM NOVO MODELO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Com o lançamento do programa Zona Franca de Manaus + ESG, em março deste ano, a Suframa e o Cieam buscam fortalecer o papel do PIM como referência nacional em sustentabilidade industrial. A proposta é voluntária, mas já conta com empresas como Recofarma, Technos, Impram e PST Electronics entre as aderentes.

Segundo Régia Moreira, coordenadora da Comissão de ESG do Cieam, os setores de duas rodas e de eletroeletrônicos são os mais engajados até agora. Fóruns anuais sobre ESG, promovidos pela Comissão, têm reunido empresários, especialistas, instituições acadêmicas e o setor público em discussões aprofundadas sobre os rumos do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

“Essas empresas vêm buscando certificações, selos verdes e práticas inovadoras para reduzir impacto ambiental e agregar valor ao seu produto. Estamos falando de uma região com vocação única: aqui, desenvolvimento e preservação não são opostos, são complementares. O Polo de Manaus pode ser o melhor exemplo de que a indústria do futuro nasce no presente”, aponta a coordenadora.

A integração entre produção, responsabilidade ambiental e compromisso social no PIM não é apenas um esforço local. É um indicativo de que o desenvolvimento sustentável precisa se enraizar nos modelos industriais e que a Amazônia pode liderar esse movimento

“AQUI,
DESENVOLVIMENTO
E PRESERVAÇÃO
NÃO SÃO
OPOSTOS, SÃO
COMPLEMENTARES”

RÉGIA MOREIRA,
COORDENADORA DA COMISSÃO
DE ESG DO CIEAM





Jorge Nascimento Júnior

Presidente executivo da Eletros (Associação Nacional dos fabricantes de Eletrodomésticos)

MEIO AMBIENTE: ATIVO ESTRATÉGICO DO BRASIL QUE COMEÇA PELA AMAZÔNIA

Não é exagero dizer que o meio ambiente brasileiro é um ativo geopolítico. Em um cenário global onde a transição energética, a segurança climática e o desenvolvimento sustentável ocupam o centro das discussões, a Amazônia se consolida, ou deveria se consolidar, como um ativo estratégico do Estado brasileiro. Não apenas do ponto de vista ambiental, mas também econômico, tecnológico, social e reputacional.

É justamente aqui, na floresta mais biodiversa do planeta, que o Brasil tem a oportunidade de demonstrar que é possível conciliar responsabilidade ambiental com competitividade industrial. O modelo Zona Franca de Manaus é uma das provas mais concretas dessa equação. Por trás de cada produto industrializado com selo da Amazônia existe um modelo que preserva a floresta, gera emprego qualificado no interior do Brasil, fortalece a presença do Estado em áreas remotas e reduz pressões econômicas sobre o bioma.

A indústria regional opera sob critérios ambientais rigorosos e sob um pacto federativo que precisa ser compreendido, valorizado e, sobretudo, defendido.

Mas não basta defender. É hora de reposicionar. O futuro da Amazônia passa pela industrialização sustentável, pela bioeconomia e pela valorização das cadeias produtivas de base florestal. Esses caminhos não podem seguir apenas no discurso. Precisam se transformar em políticas públicas consistentes, linhas de crédito, programas de capacitação, investimentos privados e geração de emprego real.

Preservar a floresta não significa condenar sua população à pobreza. É justamente o contrário. Falar em floresta em pé sem garantir dignidade de vida para quem nela vive é uma contradição que o Brasil não pode mais sustentar. É hora de dar protagonismo

à população amazônida. De garantir que as riquezas naturais da floresta se convertam em bem-estar, oportunidades e respeito.

Valorizar a amazônida é essencial para que tenhamos, de fato, um olhar correto sobre a Amazônia. Não se pode construir um projeto de futuro para a região sem colocar no centro da equação quem vive, trabalha, preserva e produz nesse território. São essas pessoas, indígenas, ribeirinhos, agricultores, trabalhadores urbanos e industriais, que sustentam a floresta todos os dias com suas práticas, sua cultura e sua resistência. Desenvolvimento sustentável sem dignidade e inclusão é apenas retórica verde.

A riqueza gerada pela indústria instalada na Amazônia, especialmente por meio da Zona Franca de Manaus, precisa ser utilizada com inteligência estratégica para potencializar uma nova matriz econômica na região. Uma matriz mais diversificada, tecnológica, conectada com a bioeconomia, com a ciência, com os serviços ambientais e com o turismo sustentável. É a partir dessa base que poderemos oferecer qualidade de vida real para a população local com renda, emprego, educação, saúde, infraestrutura e bem-estar. Preservar a floresta é importante. Preservar a dignidade do povo que a protege é indispensável.

Falta ao país um olhar mais realista, humano e estratégico sobre a Amazônia. O desenvolvimento sustentável não é um luxo ou um apelo internacional, é uma necessidade nacional. O Brasil precisa tratar a Amazônia não como um território a ser observado de longe, mas como um centro de decisão, de inteligência e de inovação.

O futuro do Brasil passa pela Amazônia. E só será sustentável se for, ao mesmo tempo, verde e justo e proporcionar dignidade aos amazônidas.

VOCÊ JÁ COMPARTILHOU NOTÍCIA FALSA?

Você sabe de onde vêm as notícias que recebe? Checa as informações? Antes de compartilhar notícias você consulta se foram publicadas em uma mídia clássica? Disfarçadas, com linguagem alarmante e sem apuração jornalística, elas estão influenciando leitores que não conseguem identificar o que é verdadeiro e o que é falso. Não compartilhe informações sem checar a fonte! Com conteúdo comprovadamente consistente, as revistas produzem reportagens seguras e confiáveis, seja na versão impressa, on-line, no celular ou em vídeo.

REVISTAS
Eu acredito!

Assembleia Legislativa de Roraima.

Presente, atuante, cidadã!



Com **programas sociais** que mudam vidas.

Escolegis

Oferece cursos gratuitos para vestibulares, concursos e qualificação profissional, nas modalidades presencial e EaD.

Procon Assembleia

Protege, defende e orienta o consumidor sobre seus direitos, com atividades de conscientização e conciliação, na resolução de conflitos.

Secretaria Especial da Mulher

Atua na defesa dos direitos da mulher e no combate à violência de gênero, com apoio jurídico, psicológico e social.

Centro de Acolhimento ao Autista (TEAMARR)

Atende gratuitamente crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo terapias especializadas e apoio aos familiares e profissionais da saúde.

Programa de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (PDDHC)

Oferece atendimento às vítimas de violência, ações educativas e projetos sociais, com acolhimento psicológico, social e jurídico. Conta ainda com o Centro de Apoio e Assuntos Indígenas e o Centro de Incentivo às Mulheres na Política.

Centro de Convivência da Juventude (CCJuv)

Atende crianças, jovens e adultos com atividades culturais, esportivas, de lazer, inclusão digital, empreendedorismo, assistência social, prevenção ao uso de drogas, formação política e formação profissional.

Centro de Inovação e Empreendedorismo (Inovem)

Incentiva o empreendedorismo e a inovação em Roraima, apoiando estudantes, trabalhadores e empresários para se destacarem no mercado.

Programa do Bem-Estar Animal

Iniciativa inédita no Brasil entre os parlamentos estaduais, oferecendo, gratuitamente, serviços como castração de cães e gatos, para tutores que não dispõem de recursos financeiros para arcar com esses procedimentos.



Roraima

Assembleia Legislativa

O Poder do Povo